

O Culto da Razão como Fundamento da Repúblicaⁱ

Alain (Émile Chartier)

Tradução

Philippe Claude Thierry Lacourⁱⁱ; Jade Oliveira Chaiaⁱⁱⁱ; Mariana Mendes Sbervelheri^{iv}; Michelly Alves Teixeira^v; Rogério Santos dos Prazeres^{vi}

Qualquer governo que não seja a República é representado exatamente pela imagem do pastor e do rebanho. O pastor protege as suas ovelhas, tem cães para isso. Ele tosa as ovelhas, mas elas não vivem para elas, e sim para ele. Ora, vê-se bem como o pastor permanece pastor do seu rebanho: as ovelhas não têm dentes nem garras. Mas não se vê como um rei ou um pequeno número de governantes podem governar pela força um povo de indivíduos. Tal governo é, na verdade, impossível. Para que esses indivíduos, que são vítimas, sejam livres dele, basta que o queiram; porque, sendo o número, são a força. Sim, é estranho, mas é assim, nenhum

déspota governa pela força.

Mas há uma condição de existência do despotismo, que pode fazê-lo durar indefinidamente se for satisfeita, que é a confiança. Se o povo acredita que o rei é feito para governar, que o rei age e pensa sempre bem, o rei reinará indefinidamente. O rei não poderia reinar sobre os corpos pela força; mas reina sobre as almas pelo respeito que lhes inspira; e é daí que vem a sua autoridade. Todo despotismo duradouro é um poder moral, um poder sobre as almas.

E, sem dúvida, raramente acontece que um povo tenha fé plena e permanente. Por isso, as melhores monarquias se mantêm, mais do que du-

ⁱPublicado originalmente em *Revue de Métaphysique et de Morale*, janeiro de 1901, pp. 111-118.

ⁱⁱProfessor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Filosofia pela Universidade de Provence Aix Marseille I. E-mail: unb@philippelacour.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-584X>.

ⁱⁱⁱMestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (PPGDL-UCDB). Graduada em Direito pela mesma instituição. Graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jade.joc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

^{iv}Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Biologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: marisbervelheri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-0160>.

^vMestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (PPGFIL-UnB). Graduada em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: michellyteixeira@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

^{vi}Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS-UFG). Mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Letras pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: pleinementperdu@yahoo.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5513-786X>.

ram, à força de habilidade e sob a condição de manter a confiança do povo por meio de subterfúgios, como benefícios fiscais, reformas ilusórias, execuções retumbantes. Mas, sempre e apenas na medida em que as pessoas têm confiança, a Monarquia perdura. Portanto, todo despotismo repousa não sobre guardas e fortalezas, mas sobre um certo estado de espírito. A verdadeira guarda do déspota são as almas servis sobre as quais ele reina.

Chamaremos de alma monárquica a alma que assim contribui, por sua vez e pelas opiniões e crenças que ela possui, para fortalecer o despotismo. Percebemos nela numerosos traços: o poder do hábito, a indecisão, a facilidade de se deixar corromper, o egoísmo e muitos outros; negligenciaremos por enquanto todos esses caracteres derivados e nos ateremos ao que é essencial: a confiança ou a credulidade, ou, ainda, a fé, isto é, uma disposição para ajustar suas opiniões de acordo com as dos outros e, especialmente, de acordo com as de alguns que tenham a reputação de serem mais instruídos e mais sábios que os outros.

Isso que convido você a notar imediatamente, é que esse estado de espírito está completamente de acordo com o que é comumente chamado de Religião, e o que deve ser chamado exatamente de Religião revelada. A Religião revelada, de fato, requer que governemos nossas opiniões com base nas opiniões contidas em certos livros ditos sa-

culos, ou ensinadas por certos homens que se dizem ser os guardiões da palavra divina. Esta breve observação já nos explica porque Religião e Monarquia se mantêm e se apoiam uma na outra por sua própria natureza, embora por acidente e por algum tempo pareçam às vezes lutar uma contra a outra.

A República é o governo natural, aquele que nasce da ausência do despotismo. Suponhamos que o déspota foi derrubado por alguma causa, e o povo decidido a não apoiar um outro, não resultará em um estado duradouro de anarquia; porque a anarquia, estado onde cada um vive para si, sem se unir e ligar-se aos outros, é por sua natureza instável. Isto é o que devemos entender primeiro, se quisermos fundar a República na Razão e na Justiça.

Imaginemos indivíduos vivendo uns ao lado dos outros, sem nenhum contrato, sem nenhuma lei. As riquezas certamente serão desiguais, em consequência da diferença das terras, da desigualdade das forças, da desigualdade das coragens. Pessoas terão fome, pessoas sentirão frio. Da necessidade resultarão o roubo, a pilhagem. E, como dois indivíduos juntos são mais fortes que um sozinho, e três, mais fortes que dois, os bens permanecerão àqueles que estarão mais firmemente unidos; compreende-se facilmente que, na ausência de toda lei e qualquer sanção, a força substitua a lei.

Mas eis aqui o milagre. A força não triunfa sobre o direito, porque a luta

não é possível entre a matéria e a ideia. A lei e a força não são da mesma ordem e não se encontram. A força pode triunfar somente sobre a força. Ora, a força que triunfa é a força organizada, coordenada. Além disso, como os fracos são em geral mais numerosos que os fortes, e como, tendo menos confiança neles mesmos, eles estão mais inclinados a se unirem, a união constitui a força dos fracos, isto é justamente o contrário da força, a força ao serviço da lei. A união defensiva dos fracos contra os fortes, dos pacíficos contra os brutais, ou seja, a lei verdadeira, a lei poderosa, a lei não mais a ideia, mas a coisa, a lei armada. Portanto, não devemos apenas dizer “a união faz a força”, devemos dizer: “a união faz a lei”.

Assim, do estado de anarquia surge necessariamente alguma sociedade. E esta sociedade natural é realmente uma sociedade de ajuda mútua, na qual cada um promete ajudar e socorrer os outros.

Como serão regrados os atos de uma tal sociedade? Pelo consentimento de todos? Não podemos esperar que nunca se realize. Pela autoridade de alguns? Então, recaímos no despotismo. Pela autoridade dos mais sábios? Mas como reconhecer os mais sábios, senão precisamente porque eles serão capazes de fazer os outros pensarem como eles?

Como toda superioridade é discutível e a discussão suprime a união e assim a paz, que são precisamente o que buscamos, conseguimos contabilizar os que propõem uma opinião e os que a com-

batem, e escolhemos a opinião que é a do maior número. Assim, arriscamos o mínimo possível. Pois, ou todos os indivíduos são quase igualmente sábios – então é razoável dar a todas as opiniões igual valor – ou há homens sábios entre eles – então devemos pensar que o maior número será convertido pelos sábios – e não há outra maneira de reconhecer onde estão os sábios. Assim, a opinião que for aprovada pelo maior número será eleita a melhor.

Entenda bem isso e retome-o em seu pensamento quando se critica diante de você o sufrágio universal. É fácil criticá-lo, é claro, e aquele que se diz sábio tem uma vantagem quando se queixa de que sua voz mal vale a de um ignorante. No entanto, se ele for realmente sábio, ele o provará instruindo o ignorante e conduzindo-o a pensar como ele. Se não puder, que sinal me dará de sua sabedoria, e de que se queixa, senão de não prevalecer sobre os outros por direito de natureza, ou seja, de não ser déspota?

A República sendo então assim constituída, podemos já ver quais são as principais condições de sua existência. O que eu disse à minoria para trazê-la de volta à disciplina: converta-se. É necessário que a fala e a escrita sejam livres em uma República; caso contrário, a lei das maiorias seria despótica.

É claro que as Repúblicas podem, partindo daí, se organizar de mil formas, mas é necessário que elas se organizem; pois não se pode participar sem-

pre das assembleias populares. É preciso trabalhar. O tempo é precioso. E sabemos como, nas sociedades, a divisão do trabalho permite ganhar tempo. Eu encarrego meu vizinho de fazer algo por mim, e eu faço algo por ele. Assim, é natural que um cidadão, ocupado em seu trabalho, possa encarregar seu vizinho de votar por ele. Ele o encarregará de um certo sufrágio indelegável? Isso seria esquecer a importância da deliberação, seria descartar a razão da administração política, e violar também o princípio que colocamos anteriormente: isto traria de novo a Monarquia para dentro da República. Então, eu encarregarei meu vizinho de examinar e decidir por mim ao mesmo tempo que por ele.

É claro que se ele decidir como eu teria decidido, e se ele me der boas razões para justificar o conselho que deu, estarei preparado para delegá-lo novamente ao meu lugar. E nada impede que outros também o deleguem. E poderei o delegar para várias perguntas em vez de apenas uma. Por tudo isso, não sacrifico em nenhum momento o poder que pertence a minha opinião, assim como àquela de todos os outros. Disto resultará uma organização qualquer do país em grupos de cidadãos (por região, por profissão, por idade), cada um dos quais escolherá, sempre por meio do voto, um delegado. Tal é o fundamento e princípio de todo e qual-

quer Estado republicano.

Consideremos agora como um tal Estado pode retroceder em Monarquia. Não há como retroceder se os cidadãos não assumirem a alma monárquica, ou seja, a menos que comecem a ter confiança. A alma republicana que preserva a República será, portanto, precisamente a negação da confiança. A partir do momento em que os cidadãos aprovam, de olhos fechados, todos os discursos e todos os atos de um indivíduo ou grupo de indivíduos, a partir do momento em que o eleitor permite que o dogma entre na política e se resigna a acreditar sem compreender, a República somente existe no termo. Assim como a confiança é a saúde das monarquias, a desconfiança é a saúde das Repúblicas.

O cidadão da República deverá, portanto, rejeitar a autoridade em matéria de opinião, discutir sempre livremente e não aceitar como verdadeiras apenas as opiniões que obviamente lhe parecerão como tais. Julgar assim é justamente usar a própria razão, e eis porque dei o título desta conferência de: *O Culto da Razão como Fundamento da República*¹; é realmente em almas razoáveis que a República é fundamentada. Mas, sobre este assunto, algumas explicações são necessárias, para que você distinga claramente o que é julgar pela Razão, e o que é ao contrário seguir a autoridade, a tradição ou o preconceito.

¹[N.T.] grifo nosso.

Quando um indivíduo julga que dois mais dois são quatro, todos concordamos que ele não está errado e tendemos até a pensar que ele sabe tudo o que pode saber sobre isso. No entanto, se ensinássemos ao papagaio a repetir essa fórmula, não diríamos, depois disso, que o papagaio tem razão quando a repete. Dizer a verdade não é, ainda, ter razão. É necessário também saber porque dizemos isso e não outra coisa.

Conheci uma menina que estava aprendendo a tabuada de multiplicação, e que, por exemplo, quando lhe faziam essa pergunta: “quanto é três vezes quatro?” tentava alguns números aleatórios como dezesseis, treze ou dez, e consolava-se dizendo: “Não acertei”, como se tivesse jogado na loteria. Quantos homens se contentam em “ter acertado”, isto é, em acertar por acaso, graças à segurança da sua memória!

Usar a própria Razão não é certamente repetir a verdade após os outros. Um indivíduo racional não *deve crer* que dois mais dois são quatro, mas *compreender* que dois mais dois são quatro. E para chegar lá, o que ele fará? Ele dividirá a dificuldade. Ele começará por formar dois, adicionando um a um. Depois, ele dividirá de novo esses dois em duas vezes um, para adicioná-lo a dois, ele adicionará um primeiro, e em seguida mais um. Dois somado a um são três. Dois somado a um e novamente somado a um são três so-

mado a um, e três somado a um são quatro. Quando eu demonstro isso a mim mesmo, quero esquecer tudo o que ouvi dizer; quero desconfiar até mesmo daqueles que mais valorizo; o consentimento de todas as pessoas não tem nenhum valor para mim; eu quero compreender e compreender por mim mesmo; quero, de acordo com a primeira regra de Descartes, *admitir como verdadeiro apenas o que parece evidentemente ser como tal*².

Nessa regra está incluído o principal dever do cidadão em uma República. Para ser sábio, ser racional, ser verdadeiramente livre, o que é preciso? Não admitir nada como verdadeiro exceto aquilo que conhecemos evidentemente ser como tal, e, enquanto não vemos uma coisa qualquer tão claramente como se vê o que são um mais um, dois mais um, três mais um, ousar dizer a si mesmo, ousar dizer aos outros: “eu não entendo, eu não sei”. Sócrates dizia que todo o poder de seu espírito vinha de que, quando ele não sabia, ele sabia que não sabia.

E se eu seguir meu exemplo, e se eu disser que ser racional é admitir o que aparece como totalmente claro e perfeitamente evidente, se eu disser que ser racional é recusar admitir o que não aparece como totalmente claro e perfeitamente evidente, então percebo em todo ser a Razão completa, e entendo a Igualdade, princípio das Repúblicas.

²[N.T.] primeira regra da evidência, cf. *Discurso sobre o método*.

Porque se tudo o que é obscuro para alguém deve ser tido por ele como duvidoso, e se um indivíduo faz uso de sua Razão somente quando afirma o que é perfeitamente claro para ele, então a quem poderia faltar a Razão? Que indivíduo poderia não compreender como dois mais dois são quatro, se ele concebe a pergunta tal como acabamos de explicar? E, notem, nenhuma pergunta será mais difícil do que esta. Cada uma das partes de toda pergunta terá que ser tão clara quanto esta, e as partes desta. Caso contrário, a Razão nos levará, não a afirmar, mas a duvidar. Não há gradação aqui: se não estiver totalmente claro, devemos duvidar, e se estiver totalmente claro, onde está a dificuldade, e como poderia faltar Razão para nos decidir?

Não há gradação na Razão; não há partes na Razão. Usar de sua Razão é sempre fazer o mesmo ato simples e indivisível, chamado *julgar*. Não somos capazes nem pela metade de compreender a coisa mais simples do mundo; e compreender é sempre compreender a coisa mais simples do mundo; algo que não é a coisa mais simples do mundo para um indivíduo é incompreensível para ele, e ele será perfeitamente razoável ao se recusar a aceitá-la.

E é, certamente, o que queria dizer Descartes quando dizia, na primeira frase de seu *Discurso sobre o Método*: “o bom senso é a coisa mais bem compartilhada do mundo”; e por bom senso, diz ele mais adiante, eu quero dizer a Ra-

zão, ou seja, a faculdade de julgar bem e de discernir o verdadeiro do falso. Ele queria dizer, e agora vemos bem que é preciso dizê-lo, que a Razão é completa em todo indivíduo, que nesse sentido, todos os indivíduos nascem absolutamente iguais; que um indivíduo vale tanto quanto qualquer outro; que todo indivíduo tem o direito e o poder de duvidar e de discutir, e que a ignorância ingênua do mais simples dos indivíduos tem o direito de interromper o mais sublime filósofo e lhe dizer: “Eu não compreendo, instrua-me”.

Mas vejo muito melhor, agora, vejo que a Razão é eterna e superior à humanidade, e que ela é o verdadeiro Deus, e que é de fato um *culto* que deve ser prestado a ela. Com efeito, esta razão, comum a todos os indivíduos, e que está inteiramente em cada um deles, deve ser rigorosamente a mesma em todos; caso contrário, os indivíduos não poderiam compreender-se; toda demonstração e até mesmo toda discussão seria impossível. Ora, de fato, existem verdades demonstradas. As ciências matemáticas, para falar apenas do que é incontestável, levam necessariamente todos os indivíduos a certas conclusões que são as mesmas para todos. Muito melhor aquele que acredita poder duvidar de tudo e apresenta seus argumentos aos outros; ele os explica a eles, ele responde às suas objeções. É necessário, para que tudo isso seja possível, que a Razão seja a mesma em todos. E entendemos bem ao passo que,

quando um indivíduo, seja Pierre, Paul ou Jacques, morre, nenhuma parte da Razão morre com ele, uma vez que a Razão permanece completa com os outros: e, se assim for, posso supor que todos morrem, sem que por isso a Razão seja afetada. E Platão tinha razão ao tratar dessa realidade eterna, dessas ideias imperecíveis que não surgem e que não morrem. A Razão, seja ela qual for, que consista em ideias, em princípios ou em qualquer outra coisa, é realmente imortal, ou, melhor dizendo, eterna; ela era, para Sócrates, para Platão, para Descartes, o que agora ela é para nós: ela é o que permanece, ela é o verdadeiro Deus. Portanto, é justo dizer que devemos um *Culto à Razão*, que devemos servi-la, estimá-la, honrá-la acima de tudo, e que nossa felicidade, nossos bens e nossa própria vida não devem ser considerados, quando a Razão comanda.

Todas as pessoas sentem, de forma confusa, que há algo superior, algo eterno ao qual devemos nos apegar, e sobre o qual devemos ajustar a nossa vida. Mas aqueles que as conduzem, estimulando nelas a esperança e o temor, representam-lhes um *Deus feito à imagem do homem*, que exige sacrifícios, que se regozija de seus sofrimentos e de suas

lágrimas, por fim, um Deus em nome do qual apenas certos indivíduos privilegiados têm o direito de falar. Tal Deus é um falso Deus.

A *Razão* é realmente o *Deus libertador*, o Deus que é o mesmo para todos, o Deus que fundamenta a *Igualdade* e a *Liberdade* de todos os indivíduos, que faz bem mais do que se curva diante dos humildes, que neles está, os eleva, os ampara. Este Deus sempre nos ouve quando oramos a ele, e a oração que lhe dirigimos chamamos de *Reflexão*. É pela Razão que aquele que se humilha será exaltado, isto é, aquele que busca sinceramente a verdade e que admite sua ignorância, merecerá ser chamado de sábio.

E para finalmente fazer você compreender que a Razão é superior a qualquer outro mestre e que não existe um indivíduo no mundo que voluntariamente rebaixe e despreze a Razão, eu quero emprestar minha conclusão ao ilustre Pascal, que, como você sabe, não obstante tentou provar a si mesmo que o indivíduo tem um mestre superior à Razão: “A Razão, diz Pascal, nos comanda muito mais imperiosamente do que um mestre, porque desobedecendo a um mestre somos infelizes, e desobedecendo à Razão somos tolos”.

Referências

CHARTIER, E. "Le culte de la raizon comme fondement de la République (conférence populaire)". *Revue de Métaphysique et de Morale*, vol. 9, no. 1, 1901, pp. 111-118. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40892517>.

Recebido: 02/12/2021
Aprovado: 15/12/2021
Publicado: 01/01/2022